

## **CONFERÊNCIA EUROPEIA ORGANIZADA PELA PRESIDÊNCIA ITALIANA DA UNIÃO EUROPEIA**

LIBERTAR O POTENCIAL DA ECONOMIA SOCIAL PARA O CRESCIMENTO EUROPEU: A ESTRATÉGIA DE ROMA

Conclusões baseadas nas Discussões da Conferência de Roma  
17 e 18 de Novembro de 2014

Por ocasião da sua Presidência do Conselho Europeu, o Governo italiano pode promover um diálogo entre as organizações de Economia Social, os governos nacionais e regionais, e as Instituições europeias – um diálogo que em anos recentes viu uma pluralidade de atores a trabalhar para definir e promover o papel da Economia Social para o crescimento europeu.

A Conferência “Libertar o potencial da Economia Social para o crescimento europeu”, realizada em Roma a 17 e 18 de Novembro de 2014, aproveitou a oportunidade oferecida pelo novo mandato do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia para identificar as áreas de intervenção julgadas necessárias pelos diversos atores que trabalharam para promover a difusão e fortalecimento da Economia Social enquanto força orientadora do desenvolvimento social e económico na Europa. Isso foi feito aproveitando o impulso da Conferência de Estrasburgo de Janeiro de 2014, a Iniciativa de Empreendedorismo Social publicada pela Comissão em 2011, a Resolução do Parlamento Europeu sobre Economia Social de 2009 e o trabalho do Intergroup Economia Social do Parlamento Europeu, o abrangente trabalho efetuado pelo Comité Económico e Social da União Europeia nos últimos dez anos, e as atividades de grupos de trabalho como o GECES e a Task Force G7 em matéria da Medida do Impacto Social do Investimento. Isso foi também possível graças ao insubstituível trabalho dos próprios atores, das suas organizações representativas, e dos centros de investigação e redes que estudam esta área específica da vida socioeconómica.

A Conferência foi precedida por uma consulta pública que recolheu contributos de uma ampla gama de organizações europeias, e organizada em 10 grupos de trabalho sobre temas específicos, a que assistiram mais de 600 pessoas de toda a Europa, incluindo práticos, decisores políticos e peritos. A partir desta abordagem de baixo para cima, a Conferência de Roma não apenas sumariou os resultados alcançados à data, mas também olhou para os futuros desafios que os vários decisores políticos e atores responsáveis pela gestão e promoção da Economia Social são chamados a enfrentar, individual ou, mais frequentemente, coletivamente.

A discussão havida na Conferência realçou em particular o facto de a Economia Social, apesar de ser composta por uma pluralidade de formas organizativas, cada uma com a sua história própria e especificidades assentes em diversos contextos nacionais e históricos, ser de facto uma área com características comuns, unida em torno dos objetivos que prossegue. A expressão ‘Economia Social’ refere-se a um universo de organizações assentes no primado da pessoa sobre o capital. O seu propósito é fornecer bens, serviços e emprego aos seus membros ou à comunidade envolvente numa perspetiva de longo prazo, participando os membros ou detentores de capital na governança da organização, e reinvestindo os proveitos no objetivo prosseguido. Este universo inclui formas organizativas como as cooperativas, mutualidades, fundações e associações, bem como novas

formas como as empresas sociais, atenta a diferente forma como este termo é visto nos diversos contextos culturais e geográficos.

'Economia Social' é, pois, uma expressão que une uma ampla gama de entidades que contribuem para o pluralismo de mercados pelo mundo e sublinha a atenção particular que estas organizações dão à dimensão económica e social das suas atividades. De facto, as organizações de Economia Social adotam geralmente métodos de trabalho assentes na cooperação e reciprocidade e, como tal, caracterizam-se pela governança democrática e modelos transparentes capazes de garantir a participação de ampla gama de interessados na sociedade (produtores, consumidores, utilizadores dos serviços, trabalhadores, comunidades, famílias, detentores de contas, etc.). A sua estrutura de governação gera confiança nos que participam nas suas atividades – condição fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento futuro do Modelo Social Europeu.

A Conferência confirmou que a Economia Social, graças às suas características definidoras, contribui para o crescimento económico e já desempenha um papel vital em todos os países europeus. A Economia Social contribui já para a implementação de diversos objetivos europeus chave, como a criação de emprego e sua manutenção, coesão social, inovação social, desenvolvimento rural e regional, incluso a cooperação e o desenvolvimento internacionais, proteção ambiental, etc. Com efeito, o seu papel tornou-se ainda mais significativo nos anos recentes, já que as organizações de Economia Social provaram ser uma preponderante força anti cíclica no combate à crise económica que afeta o nosso continente.

A Conferência mostrou também que a esfera de ação da Economia Social se expande para lá dos setores tradicionais de atividade e crescentemente inclui novos setores caracterizados não só por um particular alto nível de impacto social, bem como pelo potencial de criação de emprego, como a assistência e serviços sociais, a integração de trabalhadores com deficiência, serviços ambientais, lazer e turismo, e até distribuição de energia, para apenas citar alguns.

No conjunto, a Economia Social pode enormemente contribuir para o desenvolvimento económico e social, já que pode ajudar a resolver uma vasta gama de aspetos sociais e económicos. Nalgumas instâncias, o seu contributo providencia uma alternativa ao que é feito por outros atores (aumentando efetivamente a concorrência e melhorando as opções dos consumidores), enquanto noutros complementa e reforça as suas ações, pois as organizações de Economia Social acedem a recursos humanos, organizativos e financeiros que não estão necessariamente acessíveis a outros tipos de instituições e empresas.

Libertar este potencial, pois, e fazer crescer mais ainda o papel vital que a Economia Social desempenha, requererá um esforço conjunto por parte de todos os atores que possam contribuir para o crescimento do setor: organizações de Economia Social, instituições públicas, investidores privados, centros de investigação e académicos. Nesta perspetiva, a Conferência representou um importante passo no aumento da consciencialização da importância da Economia Social enquanto quadro e abordagem de unificação.

Consequentemente, para ser efetivamente implementada, a Estratégia de Roma requer a coordenação, empenho partilhado e ativo por parte de todos os atores, incluindo quer instituições

públicas, quer organizações de Economia Social. Os compromissos estratégicos abaixo listados sumarizam os pontos principais de uma proposta de agenda para a ação, saída do desenrolar da Conferência. Os relatórios mais detalhados de cada grupo de trabalho irão ser disponibilizados no sítio *web* da Conferência.

No que diz respeito às instituições públicas, são os seguintes os assuntos considerados de importância estratégica:

1. Identificação clara dos interlocutores da Economia Social no seio das seguintes instituições europeias:
  - 1.1. Comissão Europeia:
    - i) Existir um responsável político claro entre os Comissários;
    - ii) Existir uma estrutura própria com recursos adequados proporcionais à importância europeia da Economia Social;
    - iii) Existir um plano de ação (Iniciativa para a Economia Social) composto por uma nova estratégia, a começar nas prioridades para 2015.
  - 1.2. No seio do Parlamento Europeu, a reconstituição do Intergrupo Economia Social.
  - 1.3. No seio do Conselho Europeu, a organização de reuniões regulares dos Ministros cujas competências incluem a Economia Social e criação a nível nacional de grupos de peritos de alto nível.
2. Por altura da próxima revisão intercalar da estratégia Europa 2020:
  - 2.1. Reconhecer o papel único da Economia Social no alcançar do objetivo do 'crescimento inteligente, sustentável e inclusivo';
  - 2.2. Desenvolver, para as autoridades nacionais e regionais, linhas de orientação claras, de instrumentos de monitorização e de prestação de contas no respeitante à implementação da diretiva contratos públicos a nível nacional e local;
  - 2.3. Expandir os modelos de parceria entre o sector público e as organizações de Economia Social numa lógica de subsidiariedade, co elaboração e coprodução;
  - 2.4. Monitorizar e relatar a extensão em que os Fundos Estruturais Europeus têm sido usados a nível nacional e regional para promover e apoiar a Economia Social.
3. O Pacote de Investimento anunciado pelo Presidente Juncker deveria ter como objetivo não apenas a infraestrutura física, mas também os investimentos sociais que envolvessem atores da Economia Social, a mesma proporção da adotada para os Fundos Estruturais.
4. Melhorar o acesso a opções de financiamento e soluções financeiras para a Economia Social:
  - 4.1. Encorajando a banca tradicional a aumentar as práticas de avaliação de risco por forma a serem mais corretamente estimados os riscos associados a empréstimos a organizações de Economia Social;
  - 4.2. Promovendo a criação e fortalecimento de instrumentos financeiros e de instituições específicas;
  - 4.3. Aumentando empréstimos e participação equitativa ao criar fundos de garantia específicos;

- 4.4. Encorajando os atores de Economia Social a mobilizar os seus próprios recursos financeiros para o desenvolvimento da Economia Social, por exemplo através da criação de fundos mutualísticos.
5. Considerando que a medida do impacto social permanece um assunto não consensual, será necessário continuar o diálogo entre a Comissão e as organizações de Economia Social. Antes de avançar, é importante permitir uma troca de informação entre todos os interessados e cuidadosamente monitorizar e avaliar as experiências pioneiras.

No que diz respeito aos atores de Economia Social, consideraram-se de importância estratégica os seguintes assuntos:

6. Aumentar o nível de autoconsciência dos atores no que diz respeito à sua pertença à Economia Social Europeia, para lá das especificidades dos diversos modelos organizacionais. Particularmente, desenvolvendo e promovendo:
  - 6.1. A interação e colaboração entre os diversos modelos de propriedade e organizativos da Economia Social;
  - 6.2. Específicas competências e qualificações de gestão;
  - 6.3. Atividades de investigação e construção de conhecimento.
7. Apesar da forte presença de mulheres e jovens na Economia Social, há ainda lugar para melhorias, particularmente no que diz respeito à sua representação na governança das organizações.
8. Favorecer o processo de inovação e experimentação, incluindo em sectores não tradicionalmente ligados à Economia Social, em colaboração com outros atores do mercado.
9. Promover uma cultura de avaliação reconhecendo o valor acrescentado das organizações de Economia Social e aumentar a sua capacidade de avaliação e relato das dimensões económicas e sociais das suas ações, através do desenvolvimento de metodologias e indicadores que sejam consistentes com a sua natureza e especificidades.

**Nota:** Várias organizações presentes criticaram a não inclusão nas conclusões de uma menção aos estatutos europeus das organizações de Economia Social ainda não aprovados (mutualidades, fundações e associações). A organização terá reconhecido o erro e disso dará conta aquando da publicação referida das conclusões de cada um dos 10 grupos de trabalho.